

Comunidade vai participar com teses variadas

O seminário "O Futuro Político de Brasília", que será promovido pelo Correio Braziliense de 18 a 20 deste mês, recebeu ontem mais três adesões: a do presidente da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, há muito tempo empenhado na luta pela representação política; de Francisco dos Santos, presidente da Associação dos Vigilantes e de Armando Buchman, presidente do Sindicato dos Engenheiros. Todos acham a iniciativa de debater nosso futuro político da maior importância, principalmente agora que se consolida a abertura política brasileira. Ontem, as entidades médicas do DF se reuniram para colaborar teses para o encontro.

O presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury, acredita que o Distrito Federal deve ter representantes eleitos pelo voto direto na Câmara Federal e no Senado, mas não apóia a luta pela Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa. Segundo ele, Brasília não pode correr o risco de vir a possuir uma nova "gaiola de ouro" — expressão que designou a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro na época em que aquela cidade era sede do governo federal.

Lindberg acredita que, além de haver o risco de desgaste, caso os vereadores passassem a gozar de privilégios e altos salários, como aconteceu no Rio, uma câmara em Brasília poderia criar outros tipos de embaraços. Segundo ele, um projeto, por exemplo, de modificação no plano urbano de Brasília não seria interessante. Além disso, o governo federal não admitiria representantes neste nível.

Quanto à Assembléia Legislativa, o presidente da ACDF não acha aconselhável, no momento, por necessitar de uma "estrutura caríssima". Além disso, Lindberg não crê na necessidade de eleição do governador do Distrito Federal pelo voto direto, admitindo a sua nomeação pelo presidente da República.

"A eleição para representantes a nível de Câmara Federal e Senado seria facilmente admitida pelo Governo Federal", explica Lindberg. "Recentemente, o número de parlamentares foi aumentado em mais de sessenta, e não oneraria em nada que Brasília elege-se mais meia dúzia". O empresário acredita que a eleição de representantes para a capital do país completaria o programa de democratização proposto pelo presidente Figueiredo. "O povo brasileiro, que possui o maior nível de politização do País,

um esvaziamento da Associação Comercial, que "é a caixa de ressonância da Comunidade brasiliense". Para ele, a entidade passaria então a cumprir uma função mais restrita, dentro de seus objetivos mais imediatos, deixando de ser "a representante única dos anseios da comunidade".

Lindberg lembra que a idéia da representação política para o Distrito Federal nasceu dentro da própria entidade que preside, e que, desde 77, quando foi lançado o documento "Carta de Brasília", os associados apóiam esta luta.

A Associação dos Vigilantes do Distrito Federal, que já se inscreveu para o simpósio sobre o "Futuro Político de Brasília", que o Correio Braziliense promoverá entre os dias 18 e 20 de abril, apóia a eleição direta para representantes a todos os níveis. Segundo seu presidente, Francisco dos Santos, também o Plano Piloto necessita de um prefeito, que seria eleito pelo povo assim como o próprio governador do Distrito Federal.

"Atualmente, o governador é um empregado do Governo Federal, e por isso não tem compromisso com o povo", afirma ele. "Pessoas eleitas pelo voto direto teriam maior responsabilidade". Santos acredita, também, que a Câmara e o Senado deveriam ter número proporcional de representantes por habitantes, como acontece nas demais cidades brasileiras.

O presidente da Associação lembra, ainda, que pessoas vindas do interior, principalmente pequenas cidades, onde ainda impera a política de apadrinhamento, poderiam não aprovar a eleição de representantes para o Distrito Federal, temendo que vícios políticos existentes em suas cidades de origem se repetissem aqui. Neste sentido, ele acha da maior importância o seminário promovido pelo Correio Braziliense, que poderá esclarecer aos menos informados como se dará essa representação. Para ele, é uma contradição que o governo federal se empenhe numa abertura democrática enquanto a própria capital do país não tem representantes eleitos pelo povo.

Já o presidente do Sindicato dos Engenheiros, Armando Buchman, que também apóia a eleição direta a todos os níveis, vê o governo do Distrito Federal "no limbo", havendo assim a necessidade de um prefeito para o Plano Piloto. "O governador não tem condições de resolver problemas mais imediatos, como por exemplo, a limpeza pública",

não pode viver em regime de excessão", disse, "e deve colocar na mesa de decisão as suas reivindicações e seus anseios".

Lindberg vê a Associação Comercial, hoje, funcionando como uma espécie de Assembléia, recebendo de todos os setores da cidade "reivindicações justas, que apoiamos, pois vestimos a camisa da comunidade". O empresário entende que a aprovação de um projeto que possibilite a eleição de representantes para Brasília levará até mesmo a

afirma. "Brasília precisa de um representante em contato mais direto com a cidade".

Para Buchman, Taguatinga é uma das grandes cidades do país e não pode ficar sem representantes a nível local. Para ele, uma Câmara de vereadores é da maior importância tanto para aquela cidade-satélite como as demais, incluindo o Plano Piloto, para que as lideranças locais possam meios de resolver os problemas específicos de cada uma, dando maior ênfase aos seus interesses.